**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro(a), estado civil \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu advogado infra-assinado, conforme procuração anexa, com escritório profissional na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, onde recebe intimações e notificações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente

**AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À IGREJA EVANGÉLICA**

**I – DOS FATOS**

O(a) Autor(a) é membro da Igreja Evangélica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, instituição religiosa devidamente registrada e em funcionamento regular, conforme documentos anexos.

Desde \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, o(a) Autor(a) tem exercido atividades religiosas e administrativas na referida igreja, desempenhando funções de relevância, tais como \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme detalhado na ata de reunião e outros documentos anexos.

Entretanto, recentemente, o(a) Autor(a) sofreu prejuízos e violações de seus direitos enquanto membro e colaborador(a) da igreja, que ensejam a presente demanda para proteção de seus direitos e regularização da situação perante a justiça.

**II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

A Constituição Federal garante a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos (art. 5º, VI e VIII).

A Lei nº 9.532/1997 e o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) disciplinam o funcionamento das instituições religiosas e os direitos dos seus membros.

O artigo 53 do Código Civil estabelece que as associações, inclusive as religiosas, são regidas por estatutos e devem respeitar os direitos dos associados, incluindo o direito à participação, transparência e prestação de contas.

Além disso, o artigo 927 do Código Civil dispõe sobre a responsabilidade civil, cabendo a reparação por danos causados a terceiros, inclusive no âmbito das relações religiosas.

Diante disso, é imprescindível a intervenção judicial para assegurar a observância dos direitos do(a) Autor(a) no contexto da igreja evangélica.

**III – DOS PEDIDOS**

Diante dos fatos e fundamentos expostos, requer-se:

1. O reconhecimento dos direitos do(a) Autor(a) enquanto membro e colaborador(a) da Igreja Evangélica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme descrito na peça inicial;

2. A regularização das funções exercidas pelo(a) Autor(a) dentro da instituição, com a devida chancela e documentação formal;

3. A condenação da parte Ré ao pagamento de eventuais danos materiais e morais sofridos pelo(a) Autor(a) em decorrência das violações de direitos;

4. A intimação da Igreja Evangélica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ para que preste contas e apresente documentação referente às atividades e finanças relacionadas ao(a) Autor(a);

5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário;

6. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso preenchidos os requisitos legais;

7. A condenação da parte Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil.

**IV – DO VALOR DA CAUSA**

Dá-se à presente causa o valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Advogado(a)

OAB/\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/igreja-evangelica/>

Este modelo foi útil para você?

Encontre outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória. © documentos-jus.com